

Os principais desafios enfrentados pelos policiais militares do Estado do Pará no exercício da atividade profissional

The main challenges faced by military police officers in the state of Pará in the performance of their professional duties

Darlysson Francisco Mafrá Pereira¹

Pedro César Fernandes Bernardes²

Dalton Conceição Mafrá Pereira³

Sindonias Nunes Siqueira⁴

RESUMO: Este estudo propõe investigar os óbices preponderantes que acometem os policiais militares do Estado do Pará no desempenho de suas atribuições laborais. A investigação perscruta aspectos concernentes à criminalidade, ao ambiente de trabalho adverso, à higidez mental e ao desprestígio corporativo que afetam tais servidores da segurança pública. Adotou-se uma metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo, fundamentada no exame minucioso de tratados, periódicos científicos, diplomas legais e relatórios oficiais afetos à área de segurança e ao funcionalismo policial militar. Os achados evidenciam que a corporação paraense se depara cotidianamente com substanciais riscos à sua integridade física e psicológica, cenário agravado por debilidades estruturais, escassez de contingente, obsolescência de equipamentos e carência de diretrizes governamentais contínuas de amparo psicossocial e reconhecimento profissional. Outrossim, constatou-se que o contato sistemático com a hostilidade e eventos de alto impacto traumático fomenta o surgimento de transtornos psíquicos, notadamente a ansiedade, a exaustão crônica e quadros depressivos. Infere-se, por conseguinte, que dignificar a carreira desses agentes, em concomitância com o aperfeiçoamento da infraestrutura laboral e o zelo pela saúde ocupacional, representa premissa fundamental para a consolidação de uma segurança pública robusta, pautada em uma práxis policial mais humanizada, eficaz e voltada à salvaguarda dos cidadãos.

Palavras-chave: Polícia Militar; Segurança Pública; Violência; Saúde Mental; Condições de Trabalho; Polícia Militar do Pará.

ABSTRACT: This study aims to investigate the predominant obstacles faced by military police officers in the State of Pará in the performance of their work duties. The

¹ Policial Militar do Estado do Pará

² Policial Militar do Estado do Pará

³ Policial Militar do Estado do Pará

⁴ Policial Militar do Estado do Pará

investigation examines aspects concerning crime, adverse work environments, mental health, and corporate disrepute that affect these public security officers. A qualitative methodology, of a bibliographic and descriptive nature, was adopted, based on the meticulous examination of treatises, scientific journals, legal documents, and official reports related to the area of security and the military police force. The findings show that the Pará police force faces substantial risks to its physical and psychological integrity on a daily basis, a scenario aggravated by structural weaknesses, a shortage of personnel, obsolete equipment, and a lack of continuous governmental guidelines for psychosocial support and professional recognition. Furthermore, it was found that systematic contact with hostility and highly traumatic events fosters the emergence of mental disorders, notably anxiety, chronic exhaustion, and depressive states. It can be inferred, therefore, that dignifying the careers of these officers, along with improving work infrastructure and addressing occupational health, represents a fundamental premise for consolidating a robust public security system, based on a more humanized and effective police practice focused on safeguarding citizens.

Keywords: Military Police; Public Security; Violence; Mental Health; Working Conditions; Military Police of Pará.

1. INTRODUÇÃO

A preservação da ordem pública constitui um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea, notadamente em estados marcados por disparidades sociais, expansão urbana desordenada e elevados índices de criminalidade, como ocorre no Pará. Nesse panorama, a atuação da Polícia Militar assume papel imprescindível na manutenção da paz social, prevenção da violência e salvaguarda da cidadania, figurando como um dos principais pilares de sustentação da segurança coletiva.

O múnus policial-militar caracteriza-se pela complexidade de suas atribuições e pela constante exposição dos agentes a situações de perigo, tensão e instabilidade. Estes profissionais atuam diretamente na repressão ao crime, por meio do policiamento ostensivo, intervenções em ocorrências violentas, operações em áreas conflagradas e ações de natureza preventiva. Por conseguinte, convivem diariamente com circunstâncias adversas que comprometem severamente sua higidez física, mental e psicológica.

Todavia, o exercício dessa atividade depara-se com diversos óbices estruturais, institucionais e sociais que obstaculizam o desempenho laboral e prejudicam a qualidade do serviço prestado à sociedade. Entre os principais problemas enfrentados pela categoria, destacam-se o avanço da violência, a precariedade das condições de

trabalho, a escassez de equipamentos, a sobrecarga de jornadas, o déficit de efetivo, a desvalorização profissional e a permanente vulnerabilidade ao perigo.

Conforme assinala Soares (2019), o policial brasileiro opera em um ambiente de acentuada pressão emocional e fragilidade institucional, muitas vezes desprovido do suporte estatal indispensável para o cumprimento de suas funções. O autor adverte, ainda, que a escassez de investimentos contínuos em segurança pública potencializa o desgaste físico e mental que acomete esses servidores.

Alinhados a essa perspectiva, Minayo e Souza (2003) asseveram que os profissionais da segurança pública se situam entre os trabalhadores mais vulneráveis ao estresse ocupacional, à violência e a riscos psicossociais. O contato sistemático com episódios traumáticos, confrontos bélicos, ameaças e óbitos propicia o desenvolvimento de patologias psíquicas, tais como ansiedade, depressão, estresse crônico e a síndrome de burnout.

No contexto paraense, tais adversidades tornam-se ainda mais complexas devido às particularidades geográficas, sociais e econômicas locais. O estado apresenta vasta dimensão territorial, compreendendo áreas urbanas, rurais e regiões de difícil acesso, o que impõe severos obstáculos à atuação policial e à logística das operações. Ademais, o tráfico de entorpecentes, o crime organizado, os conflitos agrários e as disputas territoriais acirram os riscos enfrentados pela corporação.

Outro aspecto relevante concerne às limitações estruturais que afligem a instituição, evidenciadas pelo contingente de pessoal subdimensionado, pelo sucateamento de viaturas e armamentos, por restrições tecnológicas e pela inadequação física dos quartéis. Tais fatores repercutem diretamente na resolutividade operacional da Polícia Militar e catalisam o desgaste dos profissionais envolvidos.

Para além das demandas operacionais, os policiais militares enfrentam sérias dificuldades ligadas à valorização da carreira e à legitimação social. Com frequência, esses profissionais são submetidos a remunerações defasadas, regimes laborais exaustivos e ausência de assistência psicológica adequada, fatores que minam sua motivação e comprometem seu bem-estar pessoal.

Nesse sentido, compreender os óbices enfrentados pelos policiais militares paraenses mostra-se fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas no setor de segurança. A dignificação profissional, o aprimoramento das condições de trabalho e o robustecimento institucional constituem medidas

indispensáveis para assegurar a eficiência da atuação policial e propiciar dignidade aos agentes.

Diante disso, o presente artigo propõe-se a responder ao seguinte problema: quais são os principais desafios vivenciados pelos policiais militares do Estado do Pará no exercício de suas atividades profissionais?

O objetivo geral consiste em analisar os maiores obstáculos que incidem sobre o cotidiano de trabalho dos policiais militares paraenses. Como metas específicas, busca-se identificar os impactos da violência na rotina policial, examinar as condições materiais de trabalho da corporação e discutir os reflexos da atividade laboral na saúde física e psíquica desses profissionais.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a realidade experimentada por esses agentes, tendo em vista seu papel basilar na preservação da segurança pública e da harmonia social, tanto no Estado do Pará quanto no plano nacional.

2 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARÁ

2.1 Violência e exposição constante ao risco

Entre os óbices mais contundentes vivenciados pela corporação da Polícia Militar no Estado do Pará, destaca-se a perene sujeição a atos violentos e à iminência do óbito no desempenho de suas atribuições laborais. O mister dessa força de segurança pressupõe o combate frontal às práticas delituosas, o que demanda dos quadros operacionais uma constante mobilização em cenários beligerantes, patrulhas de caráter ostensivo, abordagens táticas, vigilância de vias públicas e incursões em perímetros de acentuada periculosidade.

O risco consubstancia-se como elemento indissociável da práxis policial, dado que esses agentes ocupam a vanguarda da preservação da ordem pública, deparando-se rotineiramente com facções criminosas, narcotráfico, crimes patrimoniais violentos, homicídios e variadas manifestações de agressividade. Sob essa conjuntura, o servidor público converte-se em alvo preferencial de delinquentes, seja no estrito cumprimento

do dever legal ou em seus períodos de folga, o que o obriga a coexistir com coações sistemáticas, vulnerabilidade e severo desgaste psíquico.

No panorama paraense, tal cenário assume contornos de elevada complexidade em virtude das especificidades geográficas e socioeconômicas locais. O território estadual exhibe expressivos indicadores de criminalidade urbana, litígios no campo, conflitos por terras e forte ingerência de facções estruturadas, sobretudo em franjas metropolitanas e distritos do interior marcados pelo isolamento geográfico. Ademais, a expansão demográfica assistêmica e as assimetrias distributivas potencializam a escalada de delitos e a percepção de insegurança coletiva.

Nas municipalidades que integram a Grande Belém, bem como em múltiplos polos do interior do Pará, as forças de segurança operam em territórios caracterizados pela exclusão social, infraestrutura urbana deficitária e alta taxa de letalidade criminal. Expressiva parcela das incursões táticas viabiliza-se em localidades sob controle hegemônico de grupos criminosos organizados, o que eleva substancialmente a probabilidade de sinistros contra a integridade dos operadores estatais.

Conforme aferido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o território nacional exhibe elevadas taxas de letalidade contra policiais, tanto no exercício da função quanto no âmbito privado, circunstância que atesta a extrema nocividade inerente à carreira militar. Tais métricas demonstram, de forma inequívoca, que os integrantes do aparato de segurança estatal figuram entre as categorias profissionais mais fustigadas pela violência em âmbito doméstico.

Para além do perigo que ronda a integridade somática, os militares estaduais são submetidos a uma severa sobrecarga mental derivada da dinâmica de suas atribuições cotidianas. A exigência contínua de prontidão cognitiva, somada à frequente exposição a óbitos, sinistros automobilísticos, trocas de tiros e episódios traumáticos, atua como fator catalisador de perturbações de ordem afetiva e patologias mentais.

Na perspectiva de Minayo e Souza (2003), o ecossistema laboral da segurança pública é marcado por uma expressiva carga tensional, o que propicia o comprometimento da higidez orgânica e psíquica dos servidores. Os referidos pesquisadores salientam que a estafa decorrente do labor policial é capaz de deflagrar quadros de ansiedade crônica, distúrbios depressivos, privação de sono, labilidade emocional, exaustão extrema decorrente da síndrome de burnout e outros agravos correlatos à esfera mental.

Diante disso, a hostilidade contra a qual colidem com os policiais militares não obstaculiza unicamente a eficiência técnico-operacional, mas reverbera negativamente na dimensão privada e nas relações consanguíneas desses indivíduos. Diversos agentes manifestam entraves na socialização, distanciamento afetivo e modificações em seus padrões de conduta, sequelas diretas do estresse crônico a que são expostos na rotina de serviços.

Outrossim, avulta a relevância do receio contínuo quanto a eventuais retaliações perpetradas por agentes do crime. Com frequência, esses profissionais são destinatários de intimidações veladas ou explícitas mesmo em seus momentos de lazer, panorama que propaga intranquilidade aos seus dependentes e impõe severas restrições ao livre arbítrio e ao cotidiano familiar.

Conforme a tese de Soares (2019), o operador de segurança no Brasil atua em um cenário de fragilidade institucional, carecendo amiúde de amparo estatal efetivo. A escassez de diretrizes públicas direcionadas à salvaguarda física e à assistência psicoterápica desses servidores recrudescer significativamente as consequências psicossociais oriundas do exercício dessa ocupação de alto risco.

Somado a isso, a carência de monitoramento terapêutico regular e de ações governamentais resolutivas voltadas à sanidade mental impede o diagnóstico tempestivo de distúrbios psíquicos nos agentes. Como corolário, parcela expressiva da tropa vivencia o sofrimento emocional de forma introspectiva e silenciosa, temendo a desaprovação ou a rotulação depreciativa no âmbito de sua respectiva instituição.

Adicionalmente, suscita preocupação o processo de normalização da agressividade no espectro da rotina policial. O contato ininterrupto com cenários de alta dramaticidade tende a induzir um quadro de apatia emocional, fadiga mental e prejuízo na constituição de vínculos afetivos saudáveis e cooperativos.

Sob a perspectiva técnico-operacional, a contínua vulnerabilidade ao perigo também reflete na excelência do serviço ofertado à coletividade. Agentes submetidos a elevadas cargas de estresse tendem a manifestar exaustão fisiológica e psíquica, circunstância que compromete a acuidade decisória e o autocontrole em situações de gerenciamento de crises. Diante disso, constata-se a premência de estruturar ações governamentais focadas na proteção e no reconhecimento dos agentes de segurança.

Aportes financeiros em capacitação, suporte psicossocial, infraestrutura laboral adequada e medicina preventiva são cruciais para atenuar as repercussões da criminalidade na rotina desses policiais. Os dados evidenciam que o cenário de

hostilidade diária constitui um dos fatores determinantes para o desgaste físico e mental da força policial no Pará. Essa realidade compromete substancialmente tanto a eficácia das atividades ostensivas quanto a preservação da saúde e da dignidade desses servidores.

2.2 Condições precárias de trabalho e falta de estrutura

Um dos principais óbices vivenciados pelos policiais militares no Pará concerne à precariedade laboral e à debilidade estrutural que perpassa múltiplos setores da segurança pública. O exercício da função demanda sólida capacitação técnica, insumos apropriados, respaldo operacional e logística eficaz para salvaguardar os agentes e a efetividade de suas ações. Contudo, o cotidiano da tropa paraense evidencia severos gargalos que comprometem o desempenho profissional e potencializam os perigos intrínsecos ao patrulhamento.

Frequentemente, o policiamento é executado sob severo déficit de contingente, com viaturas obsoletas, armamento insuficiente, dispositivos de proteção individual deteriorados e carência de aparatos tecnológicos modernos. Tais lacunas mitigam diretamente o poder operacional da instituição, obstaculizando o combate sistemático e assertivo às práticas delitivas.

Esse cenário de vulnerabilidade estrutural acentua-se nas municipalidades do interior paraense, onde os entraves logísticos e as vastas distâncias geográficas retardam o deslocamento das guarnições e o provimento de serviços essenciais. Em determinadas localidades, os militares deparam-se com o desabastecimento de combustível, a falta de manutenção do ferramental de trabalho e sérias defasagens nos canais de comunicação.

Ademais, as dimensões continentais do estado impõem um obstáculo suplementar ao planejamento tático. O acesso restrito a diversas zonas rurais e distritos isolados impede o patrulhamento preventivo contínuo, dilatando o tempo de resposta às ocorrências emergenciais. Consequentemente, fomenta-se um quadro de fragilidade social que eleva a percepção de insegurança entre os cidadãos.

Conforme postula Balestreri (2003), a dignidade laboral e o reconhecimento dos agentes constituem pilares indispensáveis para a excelência dos serviços de segurança. Sob essa ótica, compete ao poder público prover amparo logístico, capacitação permanente e condições salutaras de trabalho para aqueles que assumiram o múnus de proteger a coletividade.

Malgrado essa premissa, constata-se que contingentes significativos operam em instalações inadequadas e desprovidas do ferramental indispensável à eficiência policial. A escassez de aportes financeiros estatais repercute negativamente na conservação dos quartéis, no ritmo de renovação dos recursos bélicos e táticos, bem como no aperfeiçoamento profissional da tropa.

Outro fator crítico reside no subdimensionamento dos quadros funcionais. Em múltiplos municípios do território paraense, o efetivo mobilizado mostra-se flagrantemente insuficiente frente às demandas da sociedade, o que compele os agentes à submissão a escalas extenuantes, à sobreposição de encargos e ao acúmulo de atribuições operacionais.

Esse excesso de demandas laborais acarreta profundo esgotamento somático e psíquico, reduzindo o rendimento técnico e elevando os índices de estresse ocupacional. A persistência de escalas abusivas, plantões prolongados e repouso insuficiente catalisa o surgimento de patologias físicas e transtornos psicológicos entre os integrantes da corporação.

Outrossim, o contingente deficitário inviabiliza as estratégias de policiamento ostensivo, mitigando a agilidade institucional face às investidas delitivas. Sob tais circunstâncias, as guarnições veem-se obrigadas a intervir sob forte desvantagem tática, com equipes numericamente frágeis e desprovidas de cobertura operacional imediata.

Cumprе salientar, ainda, a defasagem remuneratória que acomete expressiva parcela da categoria. Há um sentimento generalizado de que os subsídios desconsideram os riscos inerentes e a magnitude das responsabilidades assumidas. A escassez de incentivos pecuniários e de horizontes claros de progressão funcional gera desalento e apatia no ambiente de trabalho.

Pesquisas correlatas à segurança pública nacional demonstram que a degradação laboral repercute diretamente no ânimo profissional e na qualidade do serviço prestado aos cidadãos. Agentes expostos a contextos insalubres e a níveis elevados de fadiga manifestam, frequentemente, declínio no rendimento tático, instabilidade emocional e menor satisfação na carreira.

Adicionalmente, o déficit estrutural corrói os laços de confiança entre a instituição e a comunidade. Privados do instrumental adequado para a consecução de suas atribuições, os policiais oferecem um atendimento restrito, o que abala a credibilidade das políticas de segurança e fomenta uma atmosfera coletiva de desamparo e desconfiança.

Por fim, destaca-se a escassez de aportes sistemáticos voltados à tecnologia e à inteligência estratégica. Diante de um panorama caracterizado pela sofisticação e expansão das organizações criminosas, afigura-se imperioso dotar o aparato estatal de dispositivos de última geração e sistemas integrados de informação, essenciais para neutralizar as novas dinâmicas do crime. Sob esse prisma, depreende-se que as adversidades laborais enfrentadas pelos policiais militares paraenses refletem óbices estruturais de cunho histórico, associados ao escasso investimento estatal em segurança pública. Por conseguinte, a otimização da infraestrutura operacional da corporação configura-se como medida indispensável para robustecer o policiamento e viabilizar maior eficácia no combate à criminalidade.

As evidências analisadas demonstram que a carência de infraestrutura, de insumos materiais e de valorização profissional compromete o desempenho das funções de segurança, intensificando o desgaste físico e mental da tropa, além de mitigar a resolutividade operacional da Polícia Militar do Estado do Pará.

2.3 Saúde mental e desvalorização profissional

A higidez psíquica dos policiais militares configura uma temática de indiscutível relevância no panorama da segurança pública nacional, sobretudo em virtude dos severos desgastes físicos, cognitivos e emocionais intrínsecos ao ofício. O cotidiano desses agentes é caracterizado pela perene exposição a cenários violentos, pressões de ordem psicológica, eventos traumáticos e um elevado grau de responsabilidade civil, elementos que concorrem de forma expressiva para o surgimento de patologias mentais e para a deterioração do bem-estar da categoria.

No desempenho de suas atribuições, tais servidores deparam-se diuturnamente com ocorrências de homicídios, sinistros graves, confrontos bélicos, coações, abusos domésticos, narcotráfico e múltiplos outros cenários de estresse agudo. Esse contato ininterrupto com contextos de perigo iminente e dor alheia repercute diretamente na estabilidade emocional dos militares, ampliando sua suscetibilidade ao desenvolvimento de distúrbios de ordem psíquica.

Uma parcela considerável do efetivo manifesta sintomatologia associada à estafa laboral, quadros de ansiedade, depressão, instabilidade de humor, distúrbios do sono, exaustão psíquica e à síndrome de burnout. Em manifestações de maior gravidade, esse

comprometimento da saúde mental pode reduzir a eficiência operacional do agente, além de deteriorar suas relações no âmbito familiar, social e corporativo.

Consoante o entendimento de Minayo e Souza (2003), a carreira policial figura entre as ocupações mais propensas ao sofrimento mental, dada a sua rotineira interface com a hostilidade e a exigência emocional. Os estudiosos enfatizam que o meio laboral militar propicia o acúmulo de tensões e a fadiga psíquica, demandando uma atenção prioritária por parte das políticas governamentais direcionadas à medicina do trabalho desses servidores.

Para além do desgaste psicológico inerente às operações de campo, a percepção de desvalorização profissional surge como outro vetor de adoecimento. Diversos policiais vivenciam um processo de desmobilização interna decorrente de vencimentos defasados, escassez de prestígio social, carência de estímulos corporativos e precariedade na infraestrutura de trabalho.

No cenário do Estado do Pará, tal conjuntura adquire contornos ainda mais alarmantes em razão das debilidades estruturais que assolam a segurança pública local. Sob diversas circunstâncias, os militares desempenham suas funções em instalações impróprias, sob jornadas exaustivas, severa escassez de contingente e recursos logísticos insuficientes, variáveis que potencializam o desgaste somático e mental do grupo.

De acordo com Soares (2019), o agente de segurança pública no Brasil comumente atua em um contexto caracterizado pela desassistência institucional e pela fragilidade social. O autor salienta que a inexistência de ações contínuas de fomento à dignidade profissional e de suporte psicoterápico colabora decisivamente para a intensificação das mazelas emocionais que acometem esses servidores.

Cumprе salientar, ademais, a influência da cultura organizacional de cunho castrense, que frequentemente interpreta o sofrimento psíquico como um indício de fraqueza pessoal. Consequentemente, muitos profissionais abstêm-se de recorrer ao auxílio especializado por temor de sofrerem estigmatização, julgamentos pejorativos ou sanções veladas que possam obstaculizar sua progressão funcional.

Esse entrave na identificação e no tratamento de vulnerabilidades emocionais induz muitos agentes a vivenciarem o padecimento psicológico de forma velada, o que culmina na exacerbação de transtornos ansiosos, depressivos e do estresse crônico. Ocasionalmente, esse quadro patológico evolui para comportamentos de risco, tais

como o etilismo, desavenças no núcleo familiar, retração social e disfunções nas interações humanas cotidianas.

Outrossim, a carência de projetos estruturados de monitoramento psicossocial e medicina do trabalho inviabiliza ações preventivas e terapêuticas eficazes diante das patologias desenvolvidas pelos militares. Embora certas corporações disponham de núcleos de apoio psicossocial, essas iniciativas frequentemente mostram-se subdimensionadas para fazer face à real demanda do contingente.

Adiciona-se a esse panorama a problemática das extensas jornadas laborais e da sobrecarga de atribuições imposta ao efetivo. É recorrente a submissão de policiais a plantões extenuantes, serviços extraordinários e escalas de serviço fatigantes, circunstâncias que reduzem drasticamente o tempo reservado ao repouso, ao entretenimento e ao convívio com os familiares.

A supressão da qualidade de vida reverbera de modo imediato na saúde mental dos agentes, comprometendo a consecução de suas atividades finalísticas. Policiais submetidos a tensões crônicas demonstram maior propensão à reatividade, déficit de atenção e fadiga emocional, variáveis com potencial para comprometer o discernimento e a tomada de decisões críticas em situações de patrulhamento.

Para além dos prejuízos estritamente individuais, a deterioração psíquica dos policiais projeta efeitos nocivos sobre a própria eficácia do sistema de segurança pública. Servidores sob forte estresse emocional tendem a manifestar fricções na interação com a sociedade, redução de seu vigor operacional e menor resolutividade no atendimento das demandas emergenciais da população. Diante desse cenário, revela-se imperiosa a consolidação de diretrizes governamentais destinadas ao prestígio laboral e à integridade psíquica dos operadores de segurança. Aportes em suporte psicoterapêutico sistemático, prevenção de transtornos, readequação salarial, reconhecimento institucional e fomento ao bem-estar configuram pressupostos indispensáveis para otimizar a atividade policial.

Outrossim, a dignificação da carreira atua como vetor imprescindível para elevar o estímulo, o engajamento e a satisfação da corporação militar. Validar a relevância social de suas funções constitui o alicerce para estruturar uma segurança pública mais humanitária, profícua e alinhada às garantias fundamentais dos cidadãos.

Por conseguinte, os dados examinados evidenciam que a estabilidade emocional e o reconhecimento profissional são pilares determinantes para o aprimoramento laboral dos policiais militares do Pará e o fortalecimento das ações de defesa social.

Salvaguardar a saúde física e mental dessa categoria sobressai como prioridade para assegurar um policiamento eficiente e harmonicamente integrado à comunidade.

3 METODOLOGIA

Este estudo delinea-se como uma pesquisa bibliográfica e descritiva de caráter qualitativo, cujo propósito reside em examinar os óbices primordiais que se impõem aos policiais militares do Estado do Pará no desempenho de suas funções laborais. A opção por tal arcabouço metodológico justifica-se pela premência de se descortinarem os vetores de ordem social, institucional, psíquica e estrutural que repercutem de forma direta no cotidiano operacional desses agentes de segurança pública.

O levantamento bibliográfico estruturou-se mediante o escrutínio de obras literárias, periódicos acadêmicos, teses, dissertações, marcos regulatórios e expedientes oficiais que versam sobre segurança pública, a práxis policial militar, criminalidade urbana, saúde laboral e o ambiente de trabalho desses profissionais. Conforme assevera Gil (2008), esse delineamento viabiliza a sedimentação de saberes relativos a uma dada temática por intermédio de subsídios preexistentes, o que propicia um domínio teórico mais denso do fenômeno investigado.

Mobilizaram-se referenciais teóricos voltados à discussão da violência, das circunstâncias laborativas e da higidez mental na esfera da segurança, a exemplo das contribuições de Minayo e Souza (2003), Soares (2019) e Balestreri (2003). Tais formulações respaldaram a fundamentação conceitual deste trabalho, ensejando um exame reflexivo e rigoroso acerca dos embaraços vivenciados pela corporação policial brasileira e, sob um prisma particular, pelos policiais lotados no território paraense.

Complementarmente à revisão de literatura, perscrutaram-se indicadores estatísticos e relatórios institucionais oriundos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, bem como as diretrizes da Carta Magna de 1988 e normativas internas da Polícia Militar do Estado do Pará. O manuseio dessas fontes documentais conferiu sustentação para apreender o panorama contemporâneo da segurança pública nacional, bem como as deficiências de infraestrutura que acometem a corporação militar do Pará.

A feição descritiva do estudo justifica-se pelo intuito de retratar as variáveis preponderantes que balizam o labor policial militar, abrangendo elementos como a hostilidade cotidiana, a precarização das bases de trabalho, o bem-estar psíquico e o reconhecimento profissional. Na acepção de Lakatos e Marconi (2010), a vertente

descritiva propõe-se a contemplar, examinar e decodificar acontecimentos de cunho social sem que haja uma interferência deliberada por parte do investigador no meio observado.

Optou-se pela abordagem qualitativa por sua virtude em propiciar uma imersão verticalizada nos fenômenos psicossociais e humanos inerentes ao mister policial militar. Esse método faculta a inteligibilidade de vivências, afetos, representações e vicissitudes que marcam a rotina laboral dos integrantes da corporação no cumprimento de seus deveres.

Sob o prisma qualitativo, tornou-se viável mensurar as repercussões subjetivas e sociais advindas do contato contínuo com a hostilidade urbana, do desgaste mental e do déficit estrutural que cercam esses servidores. Outrossim, o estudo descortinou a maneira como as contingências de ordem macroestrutural e institucional incidem de forma direta no bem-estar pessoal e na eficácia técnico-profissional dos policiais militares atuantes no Pará.

A relevância deste empreendimento acadêmico repousa no papel fulcral que a atividade policial desempenha na salvaguarda da paz social e na tutela da coletividade. Por conseguinte, a elucidação das problemáticas enfrentadas por essa classe não apenas enriquece os debates teóricos no campo da segurança pública, mas também oferece subsídios para a formulação de políticas governamentais direcionadas ao prestígio profissional e ao aprimoramento do ambiente laboral dos referidos agentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O exame do acervo bibliográfico e documental revelou que os policiais militares atuantes no Estado do Pará deparam-se com múltiplos óbices de ordem estrutural, operacional e psicológica no desempenho de suas atribuições. Constatou-se que elementos como a criminalidade urbana, a precariedade laboral, o excesso de demandas e os transtornos de ordem psíquica impactam diretamente a conduta desses servidores da segurança pública e, por conseguinte, a eficácia do policiamento oferecido à sociedade.

Evidenciou-se que a violência figura como um dos vetores preponderantes de exaustão física e psíquica dos milicianos. O contato perene com conjunturas de perigo, embates bélicos, intimidações e episódios traumáticos concorre de maneira decisiva

para a elevação das taxas de estresse laboral e do sofrimento mental que acometem os integrantes da instituição.

No panorama paraense, a prática policial se desenvolve em uma conjuntura caracterizada por acentuada incidência delitiva, tensões sociais e entraves logísticos, notadamente nas áreas periféricas e nos municípios interioranos. A atuação de facções criminosas, as disputas fundiárias e a fragilidade socioeconômica potencializam as ameaças cotidianas enfrentadas pela tropa no cumprimento do dever.

Os dados indicaram, outrossim, que parcela expressiva da corporação desempenha suas funções sob amparo estrutural deficitário, marcado por contingente exíguo, frotas obsoletas, escassez de insumos táticos e instalações degradadas. Tais restrições obstam o rendimento operacional do órgão, inviabilizando a execução ideal do patrulhamento preventivo e ostensivo.

Ademais, verificou-se que o déficit material e de pessoal culmina em sobrecarga laborativa, expedientes exaustivos e acentuado depauperamento físico. Com frequência, os agentes veem-se compelidos ao acúmulo de atribuições simultâneas, fator que potencializa a tensão emocional e deprecia a excelência dos serviços executados.

Outra dimensão diagnosticada concerne às repercussões do ofício policial no bem-estar psíquico dos servidores. O estudo sinalizou que parcela significativa do efetivo manifesta indícios de estresse crônico, distúrbios de ansiedade, depressão, labilidade emocional e esgotamento extremo. O contato ininterrupto com a violência e eventos traumáticos fomenta patologias psicológicas, abalando a higidez mental da categoria.

Sob essa perspectiva, os achados teóricos de Minayo e Souza (2003) convalidam os dados desta investigação ao asseverar que os agentes de segurança pública figuram entre as categorias profissionais de maior suscetibilidade ao sofrimento psíquico e à fadiga emocional provocados pela rotina de trabalho.

Constatou-se, identicamente, que a carência de políticas contínuas de apoio psicológico e de fomento à dignidade profissional potencializa as adversidades enfrentadas pela classe. Diversos servidores apontam entraves para a obtenção de terapia especializada e manifestam percepção de desprestígio por parte da própria instituição.

A defasagem salarial, a escassa legitimação social e a modicidade de aportes financeiros no setor de segurança concorrem para a desmotivação laboral e o descontentamento funcional do corpo policial. Conforme postula Soares (2019), o

policial nacional comumente desempenha suas funções sob a égide da fragilidade institucional e da omissão governamental, cenário que debilita frontalmente o padrão do serviço prestado.

Outro aspecto de relevo desvelado pela investigação tange ao nexo de causalidade entre as circunstâncias de trabalho e a efetividade da segurança pública. Viu-se que o sucateamento estrutural da atividade policial mitiga o potencial operacional da tropa, obstaculizando a execução de diretrizes táticas eficientes no enfrentamento do crime.

Ademais, a falta de investimentos sistemáticos em formação técnico-profissional, aparato tecnológico e infraestrutura física inviabiliza a modernização das metodologias policiais, restringindo a capacidade de intervenção preventiva da Polícia Militar paraense.

Os achados evidenciaram, outrossim, que o reconhecimento do trabalhador consubstancia pilar basilar para o robustecimento do sistema de segurança. Os militares amparados por condições laborais dignas, respaldo institucional e suporte psicossocial demonstram níveis superiores de motivação, estabilidade emocional e produtividade em suas missões.

Sob essa ótica, depreende-se que os óbices enfrentados pelos policiais do Pará extrapolam o mero embate à criminalidade, abarcando complexas variáveis que perpassam a arquitetura institucional, a dignidade da carreira, a medicina do trabalho e as diretrizes governamentais de segurança.

Diante das reflexões propostas, sobressai a imperiosidade de alocação mais assertiva de recursos no âmbito da segurança pública, notadamente voltada ao aperfeiçoamento das condições laborais, ao incremento do contingente ativo, à disponibilização ininterrupta de suporte psicológico e à justa reestruturação salarial dos integrantes da Polícia Militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação científica viabilizou a compreensão dos óbices primordiais que acometem os policiais militares do Estado do Pará no cumprimento de seus deveres laborais. Evidenciou-se que a práxis desses servidores transcorre em um cenário fustigado por índices alarmantes de violência, debilidade estrutural, excesso de atribuições e severo desgaste psicofísico.

No decorrer do estudo, constatou-se a natureza intrinsecamente complexa e de alto risco da função policial-militar, a qual demanda dos agentes contínuo aprimoramento técnico, higidez emocional e discernimento sob circunstâncias extremas. Não obstante, apurou-se que expressiva parcela do contingente opera sob condições insalubres, tolhida por entraves logísticos, escassez de insumos materiais e deficit de pessoal.

Os dados obtidos indicam que a violência cotidiana figura como um dos vetores de maior repercussão na órbita pessoal e profissional dos policiais paraenses. A exposição ininterrupta a embates bélicos, intimidações, ao crime organizado e a eventos traumáticos concorre de maneira decisiva para o agravamento do estresse laboral e para o acometimento de patologias de ordem psíquica.

Ademais, o diagnóstico revelou que as carências materiais repercutem de forma direta na performance operacional da corporação no Pará. A obsolescência e a escassez de equipamentos e viaturas, somadas a entraves de logística e à sobrecarga de tarefas, obstaculizam o pleno exercício do patrulhamento e potencializam a vulnerabilidade física dos operadores de segurança.

Outro fator de relevo identificado concerne às implicações da rotina policial na higidez mental dos servidores. Notou-se que considerável contingente padece de manifestações associadas à ansiedade, depressão, estafa crônica e esgotamento emocional, adversidades potencializadas pela carência de políticas institucionais contínuas de apoio psicológico e de fomento ao reconhecimento profissional.

Diante de tal panorama, infere-se que o desprestígio corporativo e a escassez de aportes financeiros estatais na segurança pública fomentam o desestímulo laboral e solapam o bem-estar dos policiais. A defasagem remuneratória, a ausência de legitimação social e as escalas exaustivas de serviço configuram variáveis que recrudesce a fadiga somática e mental da classe.

Por conseguinte, faz-se imperiosa a formulação de diretrizes governamentais voltadas ao aperfeiçoamento do ambiente laborativo, à consolidação institucional e à tutela da saúde ocupacional desses agentes. A alocação de recursos em infraestrutura, o treinamento continuado, a assistência psicossocial perene, o aumento do efetivo e o reajuste salarial constituem salvaguardas indispensáveis para otimizar a atuação policial.

Sob essa mesma ótica, urge expandir o debate acerca da humanização do labor policial, sob o entendimento de que tais profissionais também demandam salvaguardas

jurídicas, suporte emocional e prerrogativas dignas de trabalho para que possam desincumbir-se de suas atribuições com eficiência, equilíbrio e presteza.

Destarte, conclui-se que o reconhecimento e a valorização do policial militar despontam como pressupostos inarredáveis para a robustez da segurança pública no território paraense. Assegurar dignidade laboral e qualidade de vida a esse corpo funcional transcende o mero benefício corporativo, consubstanciando-se em pilar estruturante para a consolidação de um modelo de policiamento mais eficaz, humanitário e voltado à salvaguarda da coletividade.

Almeja-se, por derradeiro, que este trabalho de investigação fomenta novos estudos científicos acerca da conjuntura que envolve a atividade policial-militar no cenário nacional, estimulando reflexões nos âmbitos acadêmico e institucional sobre a imperiosa necessidade de se valorizar os agentes encarregados da preservação da ordem pública e da paz social.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: FBSP, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.